

## Composição da Comissão de Urbanização, Transporte e Habitação – CUTHAB



Giovani  
Culau e  
Coletivo



Cassiá  
Carpes



Jessé  
Sangalli



José  
Freitas



Karen  
Santos



Pablo  
Melo

### 031ª CUTHAB 27AGO2024

**Pauta:** Acúmulo de lixo na Rua Tamandaré, 1020.

**PRESIDENTE GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB):** (10h12min) Estão abertos os trabalhos da presente reunião da Comissão de Urbanização, Transportes e Habitação – CUTHAB. Bom dia a todos e a todas. Reafirmo os cumprimentos e as boas-vindas a todos e a todas. Quero registrar a presença do Edmilson Ferreira e do Marco Salinas, que já estão compondo a Mesa, ambos representando o DMLU. Registro a presença e agradeço a participação, já estão compondo aqui a Mesa. O Sr. Júlio da Silva Lopes, representando a Secretaria do meio Ambiente, agente de fiscalização que eu gostaria de convidar para compor a Mesa conosco; a Sra. Patrícia Mônaco, representando a FASC. Hoje a nossa reunião tem o objetivo de debater o acúmulo de lixo na Rua Tamandaré, uma pauta já discutida por esta Comissão a partir da presidência da Ver.<sup>a</sup> Karen, desde o ano passado, se eu não me engano, nas discussões feitas pela CUTHAB, desde o ano passado, as soluções para esse acúmulo de lixo havia sido apontada no sentido da viabilização na localidade de uma unidade de destino certo, mas posteriormente, nesse terreno que é um terreno do DEMHAB, se formou a construção de moradias populares e a partir também desse anúncio, a construção dessa unidade de destino certo não foi confirmada, não foi executada. Então, essa reunião de hoje é uma proposição da própria Ver.<sup>a</sup> Karen

Santos no desafio de seguir a fiscalização, o acompanhamento e a busca de uma solução para o acúmulo de lixo que permanece nesse ponto. Cumprimento a vereadora pela proposição e já lhe passo a palavra, inclusive para conduzir os nossos trabalhos agora pela manhã. Obrigado.

**VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL):** Obrigada, Presidente Culau, eu trouxe alguns vídeos para tentar retratar a situação ali do bairro. Vou pedir para desligar a luz para reprodução.

(Apresentação de fotos e vídeo.)

**VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL):** Essa é a atual situação. Foi feita a limpeza no dia 7 de agosto, do presente mês, mas é uma situação recorrente lá no bairro. Eu sou moradora do condomínio ao lado, essa é uma área verde, uma área que *a priori* também tem preservação ambiental, é na Rua Tamandaré, esquina com a Nossa Senhora da Graça, que é um acesso à comunidade da Vila Resbaldo. Essa é a visão de cima, a gente tem um campo de várzea, a gente tem uma área de inundação que é o atravessamento do arroio cavahada, tem famílias recicladoras que moram dentro desta área verde, e esse é o acesso à comunidade que é a Rua Nossa Senhora, que é uma rua que também tradicionalmente alaga, e que é um foco de lixo histórico no nosso bairro. Eu estou ali desde 2020, desde 2021 eu entro em contato com o DMLU, que sempre faz a limpeza da área, mas as discussões que a gente acumulou ao longo desses três anos de gestão foi que não tinha condições de só fazer a manutenção da limpeza, que seria necessário ter uma combinação aí de outras secretarias, inclusive a secretaria que é responsável pela área e que tem recursos próprios para limpeza e não estava se responsabilizando por isso, que é a o DEMHAB, e a última reunião que nós tivemos aqui no ano passado, no dia 23 de setembro de 2023, foi colocado pelo DEMHAB um projeto arquitetônico, de Minha Casa, Minha Vida, com cerca de 580 unidades habitacionais, e que o projeto estava pronto para o início das obras se darem em março de 2023. Nós estamos em

agosto e até agora a gente não tem nenhuma perspectiva, nenhuma movimentação na área. Não tivemos retorno do processo SEI em aberto, que diz também sobre a viabilidade da construção em cima dessa área, porque a gente sabe que é uma área alagadiça e, de certa forma, a gente segue com o problema de foco de lixo. A mediação que a gente estava construindo até setembro de 2023 era a instalação de uma unidade de reciclagem; não é bem o termo UDC – não é, Marco? –, depois eu acho que tu te manifesta, porque tem um termo específico, mas era algo provisório, no sentido de que a gente entende que tem uma comunidade ali que é atendida pela pequena Casa de Nazaré e que vive do lixo, que vive da reciclagem e que, de certa forma, também não vai ser contemplada pelas unidades habitacionais que está dentro do projeto. Isso foi uma das questões que a gente trouxe aqui para a reunião. A construção de moradias em cima da área, como estava previsto, também não ia resolver a situação de foco de lixo. Infelizmente, na nossa última reunião, que foi em setembro, a gente segue, de 15 em 15 dias, tendo que demandar do DMLU a limpeza da área, e a gente gostaria de retomar, via reunião de comissão; infelizmente o DEMHAB não está aqui presente, mas a possibilidade de a gente seguir com o planejamento da instalação, mesmo que provisória, da Unidade de Destino Certo, enquanto o DEMHAB não tem ainda um projeto, uma iniciativa de fato, para construção em cima da área. Então, retomando um pouco da construção; acredito que essa é a terceira reunião que a gente faz de comissão, nós chegamos a ir na área junto com a Secretaria de Habitação, junto com o DEMHAB – Departamento Municipal de Habitação –, junto com a Secretaria de Meio Ambiente, isso ainda lá em 2021. Então, é um problema que se arrasta, e é inadmissível a gente conviver com o foco de lixo na entrada da nossa área residencial. Tem pessoas que vivem dentro dessa situação que são atendidas, acredito, pela FASC – Fundação de Assistência Social e Cidadania –, então a gente precisa buscar alguma mediação para qualificar esse terreno, para garantir um pouco mais de dignidade para essas pessoas que estão vivendo dentro dessa condição, que vivem da reciclagem. É tarefa nossa, enquanto poder público, buscar uma construção, uma mediação enquanto a área ainda não tem

um projeto arquitetônico, enquanto não tem obra prevista para cima dela. Era isso, eu queria ouvir primeiramente os representantes da FASC que estão aqui. Se vocês conhecem as famílias que são atendidas por essa área? Se tem algum projeto ou se vocês podem viabilizar alguma inscrição dessas famílias que estão dentro dessa área em algum projeto social, inclusive vinculado ao DMLU – Departamento Municipal de Limpeza Urbana. A gente chegou a fazer essa conversa na última reunião da possibilidade, da viabilidade de haver uma contratação das famílias que vivem do lixo via Cooquivipa – Cooperativa de Prestação de Serviços dos Trabalhadores Autônomos das Vilas de Porto Alegre. A gente chegou a pensar alguns tipos de mediação nesse sentido, só que boa parte deles está ali vivendo de forma precária no meio do lixo e vivendo dele. Então, seria importante saber se há um cadastro dessas famílias? Como é a relação da FASC com a comunidade da Resvalo? Não é só essa entrada na Nossa Senhora que tem reciclagem; na rua paralela também tem foco de lixo, que é a entrada principal da comunidade. Então, para a gente conseguir ter um mapeamento da FASC do atendimento, por gentileza. Para as notas taquigráficas, pessoal, sempre é importante se apresentar, dizer a instituição, a entidade que representa, para a gente conseguir ter o registro dessas atas.

**SRA. PATRÍCIA MÔNACO:** Bom dia a todos. Eu sou Patrícia Mônaco, trabalho na Fundação de Assistência Social. Vim aqui a pedido do presidente da FASC, o Cristiano Roratto, e eu não tenho afirmativas para dar em relação ao atendimento específico dessas pessoas. Eu não consigo te dizer, tu falaste na Casa de Nazaré, uma terceirizada, mas tu sabes me dizer qual é a modalidade de atendimento, vereadora? Se é um CRAS, se é um SAF? Um SAF, é bem possível que seja um SAF. Então, o que eu me comprometo a fazer, porque realmente eu não tenho como dizer desta situação, é justamente fazer um estudo dentro da fundação, poder avaliar qual é o serviço que atende. Normalmente as pessoas domiciliadas são atendidas pelo CRAS da região ou pelo SAF. Quais são os principais trabalhos que se faz dentro dos serviços do que a gente chama de proteção básica? É o atendimento à vulnerabilidade das famílias, priorizando

sempre o cadastro único e a dispensa dos recursos que são vinculados ao cadastro único, especialmente o Bolsa Família, e poder, no caso de famílias que têm crianças, que devem ser a grande maioria, viabilizar também que essas crianças tenham o atendimento, pelo menos integral, para que não permaneçam justamente dentro das suas casas, sozinhos, enfim. Então eu me comprometo... Eu não sei se tem algum processo eletrônico aberto que eu possa responder a partir dele. Tem um SEI? Depois eu vou pegar contigo, vereadora, porque ele não chegou até mim, mas então eu me comprometo de fazer isso. O que tenho de afirmativa, isso sim, é que os serviços territoriais, no caso, a Casa de Nazaré que é um serviço de fortalecimento de vínculos e o CRAS, devem ter sim cadastramento de todas as famílias, e a grande maioria das crianças deve também estar sendo atendidas na escola do território e nos serviços de convivência, que é o contraturno. Com relação a essa proposta que é feita de poder fazer com que as pessoas que vivam disso... Porque as pessoas vivem disso, a gente não está aqui criminalizando, e se não tem na localidade um espaço adequado para que façam, as pessoas vão fazer onde é possível, porque infelizmente é assim que grande parte vive. Com relação ao fato de se poder fazer um projeto social integrado, eu acho absolutamente saudável, e isso requer que as secretarias, especialmente a Fundação de Assistência e o DMLU possam promover isso, que as pessoas que vivem disso façam protagonismo a partir disso, trabalhem com condições, por exemplo, num projeto em que se viabiliza um Destino Certo, um galpão de reciclagem – eu estou entrando numa área que eu não conheço muito. Eu levo comigo o compromisso de pegar esse processo eletrônico, fazer o mapeamento das famílias que são cadastradas, poder identificar quais são os recursos que cada uma tem ao alcance para melhorar a sua condição de moradia e remeter aos serviços de convivência para que possam também nos dar um diagnóstico de quais são os atendimentos previstos, quais são as formas de renda, que essas crianças possivelmente estejam matriculadas e não passem o dia mais expostas ainda também nessa condição. Está bem?

**PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL):** Obrigada, Patrícia. Acredito que seja importante, passando esse processo agora que a gente vem enfrentando, fazermos uma reunião na Casa de Nazaré, com a convocação dessas famílias, porque dependendo daquilo que a gente tentar encaminhar no dia de hoje, é importante a gente ter um diálogo mais próximo com esses recicladores e com essas famílias.

Marco, por gentileza.

**SR. MARCO SALINAS:** Bom dia a todos, sou diretor de gestão ambiental do DMLU; vereador, eu acho que a gente está incorrendo na mesma pauta, estou revivendo aqui a nossa última pauta. Só lembrando um breve histórico: o DMLU solicitou aquela área para o DEMHAB, provisoriamente, para a confecção de uma UDC, visando exatamente atender esses recicladores informais na disposição dos seus rejeitos, se a senhora lembrar nós tivemos em visita na área, fizemos uma limpeza na área, abrimos o cercamento, fizemos portão, e quando estava quase tudo pronto, o DEMHAB nos solicitou novamente o terreno porque as obras iriam começar, o que acabou inviabilizando o processo da UDC. Diante disso, esse processo ficou parado, não conseguimos avançar nesse sentido por falta de área, ainda estamos buscando uma área ali na região, concomitantemente nós havíamos fechado aquela UDC da Av. Diário de Notícias e estávamos buscando um novo endereço para colocação de uma UDC, não só para essa comunidade, mas para atender a comunidade daquela região, Cristal, Zona Sul, como um todo. Fizemos algumas incursões em ocupar aquele terreno em frente ao passeio na Av. Wenceslau Escobar, onde a comunidade, desculpa a brincadeira, mas quase me linchou lá dentro. Não quis nem ouvir o que era o projeto, então, acho que essa falta de informação das pessoas também acaba por prejudicar o serviço do DMLU, que quer atender e quer colocar uma área de descarte para atender grandes volumes, podas, e aquela comunidade como um todo. Porque a gente entende, independentemente de eles serem informais, eles têm que dispor o seu rejeito de uma forma correta, que o caminhão possa recolher. O DMLU não faz nenhuma objeção que eles coloquem ali na via, na

Rua Tamandaré, desde que ensacado e seguindo as normas de disposição do resíduo para que isso possa ser coletado pelo caminhão. Mas infelizmente a comunidade ali tem uma outra atitude que é jogar por cima do muro naquele terreno do DEMHAB, que hoje nós estamos inviabilizados, nós, DMLU, estamos inviabilizados de entrar. Como já é do conhecimento de todos, cada secretaria tem o seu orçamento para limpeza e manutenção. Então eu não posso entrar num terreno do DEMHAB, não seria correto eu usar o orçamento do DMLU para entrar, para fazer uma limpeza dentro de um terreno do DEMHAB. As limpezas são feitas periodicamente: eu até brinco aqui com a vereadora, porque a vereadora, acho que vê mais o Ossanes do que a vizinhança dela ali, que é o Edmilson, nosso chefe de seção, que me acompanha aqui, chefe do setor sul. Periodicamente a gente está limpando ali, mas infelizmente parece que não é o suficiente. Nós precisamos ter um conluio daquela comunidade na disposição também dos seus resíduos de uma forma correta, pelo menos, para a gente tentar amenizar aquela situação. Não adianta só rasgar o saco no meio da rua e deixar o resto no meio da rua, nos causa muito mais transtorno recolher um foco do que ter a coleta domiciliar normal. Se eles dispuserem assim os seus rejeitos ensacados, o caminhão vai levar tranquilamente dentro da rotina que nós temos ali de coleta. Eu acho que seria essa nossa participação aqui.

**VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL):** Obrigado, Marco. É exatamente isso assim, eu acredito que a conversa, junto à comunidade, em relação à instalação da UDC vai ser fundamental. Boa parte daquele foco de lixo – eu sou vizinha – não é oriundo da própria comunidade, vem carro, vem caminhão, vem carrinho de outras regiões e colocam ali, porque ficou tradicional, no bairro, de ser esse foco de lixo. Infelizmente, a gente não está com a presença do DMAE. Eu proponho, presidente Culau, a gente encaminhar: fazer esse pedido de informação para saber se há realmente a viabilidade da execução dessa obra, que eu acredito seja muito difícil, visto que ela estava prevista para iniciar em março de 2024. Então, pedir acesso a esse projeto. Neste momento, o DEMHAB está com outras prioridades em relação à compra assistida, ao atendimento às

peças que foram atingidas pelas enchentes, a gente compreende isso. Ao mesmo tempo, a gente chegou muito perto – não é, Marco? – de fazer essa instalação. Então foi um descaso, por parte do DEMHAB, em relação a fazer essa instalação. Eu não acho que seja verdade o que a técnica nos trouxe aqui em relação ao início das obras, tanto que nem se iniciou. Então, eu acredito que fazer novamente essa pressão, presidente Culau, senão, acionar o Ministério Público, e aí a gente convida os vereadores que queiram se manifestar também nessa representação, porque é um crime ambiental, é um dano, é um foco de lixo que coloca em risco a saúde de todo o bairro, inclusive sendo foco de dengue. E a gente tem aqui já relatorias e atas de sucessivas reuniões, de acordos, temos o processo SEI em aberto, mostrando que houve iniciativa da tratativa e que a está havendo uma negligência por parte do Departamento de Habitação. Se é essa linguagem que eles entendem, eu acredito que a gente vai ter que, infelizmente, acionar mais um órgão de fiscalização para nos ajudar a executar o nosso serviço aqui, enquanto Câmara de Vereadores. Vereador Freitas.

**VEREADOR JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS):** Bom dia a todos, cumprimento aqui os colegas vereadores; o Edmilson, o Salinas e todos presentes. Eu acho que são duas coisas, vereadora, uma é em relação às famílias que lá estão, que aí tem que vir um levantamento da FASC para ver se essas famílias estão atendidas, que aí a Patrícia se propõe aqui a ajudar. Uma pergunta: esse foco de lixo é proveniente dos recicladores que ali vivem ou toda a região coloca nesse local? As duas. Uma pergunta para o Salinas e para o Edmilson, se não tem como fazer... Às vezes, o plantio resolve, né? E tem outros plantios que fazem que as a comunidade joga em cima do plantio. Eu já pedi alguns plantios e na mesma noite pessoal jogou em cima, caminhões e caminhões. Não respeitam, algumas comunidades. Então eu pergunto se nesse caso ali não dá para fazer um plantio. E em relação àquele terreno que eu conheço bem, eu acho que teria que trazer para a Mesa o DEMHAB, pois se o DEMHAB não tiver projeto, para ceder para o DMLU para melhorar o



atendimento ali. Eu acho que tem que trazer para a Mesa o DEMHAB, porque há tantos anos está aquele terreno ali, daquela forma. Já teve várias demandas ali do entorno pelos vizinhos, porque já teve até crime ali naquele local, enfim, então, ou o DEMHAB cuida do terreno e mantém limpo, ou cede para o DMLU, que precisa de espaço. Eu acho que esse é o encaminhamento aqui, vereadora. Obrigado.

**SR. MARCO SALINAS:** Só pra complementar, vereador, já foram feitos dois plantios, inclusive a vereadora nos acompanhou num ano. Então, essa tentativa já foi feita, foi feita com a comunidade ali até, infelizmente não surtiu o efeito que a gente desejava; mas já foram feitos dois.

**VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL):** Obrigada, Salinas. Vou passar a palavra para o Júlio, da SMAMUS, que também nos ajuda na fiscalização.

**SR. JÚLIO DA SILVA LOPES:** Meu nome é Júlio da Silva Lopes, eu sou agente de fiscalização da SMAMUS e DGF agora, onde todas as fiscalizações estão juntas ali, pelo menos DMLU, SMAMUS e a SMDDET. Bom, o que eu tenho a dizer, o responsável pelo terreno realmente é o DEMHAB; então o DEMHAB tem que fazer o fechamento da área. E se o DMLU não pode, realmente, ficar a todo momento gastando a verba do próprio DMLU fazendo a limpeza, caberia, na minha opinião, ao DEMHAB fazer a limpeza. Ele tem que fazer a guarda do terreno dele. Com relação à comunidade que mora ali, o DMLU tinha, antigamente, o pessoal da educação ambiental, que é quem poderia conversar com a comunidade e tentar orientar da melhor forma sobre como fazer o acondicionamento dos resíduos. Se, de repente, tem que ter alguma caixa de coleta do DMLU, aí é o DMLU quem tem que dizer da melhor forma. Isso, partindo da minha visão como agente de fiscalização do que eu tenho visto na cidade.

Pode ser também encaminhado um ofício à Diretoria-Geral de Fiscalização, solicitando que a fiscalização do DMLU, que está lá conosco, faça alguma

fiscalização eventual ou periódica, dependendo da situação, para que eles consigam identificar quem de fora está colocando os resíduos. Também, na mesma proporção, orientar as pessoas, se virem alguém ali colocando, mas principalmente se estão vindo caminhões de fora, se estão parando veículos lá. A fiscalização do DMLU tem como fazer alguma ação fiscal. Basicamente, seria isso, acho que está bem encaminhado; acho que a questão é o DEMHAB realmente se envolver com o terreno que é deles. É responsabilidade do proprietário fazer a guarda e a limpeza do terreno. É o que eu tenho a colocar.

**VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL):** Obrigada, Júlio. Teria como vocês fazerem uma autuação ao DEMHAB nesse sentido da fiscalização? Porque ela está ocorrendo, e eu acredito que sim, a gente possa fazer esse ofício à Diretoria-Geral de Fiscalização, mas é uma área do DEMHAB que vem sendo negligenciada. Eu acredito que já haja, e eu tenho muitos registros, se vocês precisarem, sobre a negligência e o crime ambiental que eles estão promovendo ao negligenciar. Inclusive, a gente pode incluir nisso o processo SEI que foi aberto, mencionando que houve uma tratativa, uma mediação em relação ao problema, que era a instalação da UDC. Andou até o processo de licitação, instalação do contêiner, e depois houve a ruptura dessa construção por parte do departamento. A gente tem muitos registros em relação a essas buscas, a essas tentativas de construção, que só mostram que o DEMHAB não está disposto. Inclusive, ele foi convidado hoje para esta reunião e não compareceu. Então, acredito que a gente já tenha fatos suficientes para fazer uma notificação, uma multa, nesse sentido.

**SR. JÚLIO DA SILVA LOPES:** Sou da SMAMUS, da fiscalização. Antigamente, a legislação do DMLU notificava os proprietários de terrenos para fazer fechamento e limpeza. Eu não sei dizer como é que está isso, pois muitas legislações sofreram algumas alterações, mas acredito que a fiscalização do DMLU saiba melhor encaminhar essa questão. Claro, que eles também podem, acredito, notificar o DEMHAB para que o DEMHAB faça a limpeza e talvez o

fechamento. Mas aí, eu não posso falar pela fiscalização, porque tem que ver a legislação deles. Eles podem informar sobre essa questão. Infelizmente, nós, lá na fiscalização, temos verificado que, em muitas situações, quando não conseguimos resolver chamando para reuniões e tudo mais, acaba caindo no Ministério Público. O Ministério Público, então, chama realmente as secretarias e departamentos para uma solução. Não seria o melhor, porque eu acho que teria que se resolver isso internamente. Mas é o que tem sido feito algumas vezes. Vários processos chegam lá na fiscalização para mim, na SMAMUS, oriundos do Ministério Público, quando não conseguem ser resolvidos, às vezes, internamente.

**VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL):** Muito obrigada, Júlio. Culau, se quiseres te manifestar, se não, eu já vou para os encaminhamentos.

**PRESIDENTE GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB):** Perfeito. Obrigado, Ver.<sup>a</sup> Karen, pela oportunidade. Eu quero apenas fazer um registro, porque é evidente que percebo que não é da responsabilidade do Júlio, da Patrícia ou talvez responsabilidade não seja a melhor expressão. Não depende apenas da vontade do Júlio, da Patrícia e ainda mais de ti, Marco, por consequência do DMLU. Porque, pelo que acompanho pelos relatos da própria Ver.<sup>a</sup> Karen, há um trabalho em conjunto sendo construído com o DMLU há algum tempo, pelo menos desde o ano passado. Mas eu preciso registrar aqui, porque não é a primeira vez que ocorre nós termos uma reunião da comissão em que a principal secretaria ou o principal responsável para encarar o tema em discussão não comparece. E eu imagino que isso não é ocasional, Ver. José Freitas; é o oposto disso, é intencional e é consciente. Então, eu quero lamentar isso. Acho que os encaminhamentos que estão colocados são adequados, esse nosso pedido de informação ao DEMHAB, são essas ações, tanto com assistência de forma integrada com a comunidade, a Casa de Nazaré faz uma assistência voltada às crianças, foi um registro importante trazido. Então acho que os encaminhamentos estão bem colocados, mas, como nós temos as notas

taquigráficas, eu precisava fazer esse registro, porque lamento as ausências que têm sido recorrentes das representações da Prefeitura na comissão, inclusive não é apenas nessa.

**SR. MARCO SALINAS:** Só para corroborar com o colega ali, as ações fiscais são feitas. É bastante difícil nas ações caem se você autuar a pessoa física, isso é uma coisa um pouco mais trabalhosa. Quanto a autuar o DEMHAB, isso se decorre através de processo interno. Essas solicitações são feitas, pelo que eu saiba, no final termina em não culminar um auto de infração, mas um processo interno para que haja manifestação do DMAE quanto à manutenção e limpeza do terreno. Até complementando, quando existem as ações de Ministério Público, que daí obrigam o DMLU a ir lá recolher – sempre termina que o DMLU tem que ir lá recolher –, o DMLU acaba emitindo a fatura do gasto com aquela limpeza e passando ao órgão responsável para ressarcimento. Então, há um processo de indenização também. Só para deixar claro, mas corroborando com o colega as ações fiscais são complementares.

Eu só queria aproveitar e passar a palavra para o Edmilson, que vive aquilo lá no cotidiano e pode dar um panorama melhor para vocês.

**SR. EDMILSON OSSANES FERREIRA:** Bom dia, sou Edmilson, do DMLU, Zona Sul. Eu só queria frisar duas coisas assim: o Mário, da fiscalização do DMLU, esteve lá, conversou com os moradores afetados, fizemos um acordo e esse acordo durou mais ou menos de 15 a 20 dias. O caminhão da coleta domiciliar entra no acesso três vezes por semana e recolhe o material. Estava perfeito. Quando a população de fora começou a jogar, o troço meio que degradingolou. Eu já falei com Mário, o Mário vai lá de novo na semana que vem comigo dar mais uma retocada. O pessoal é difícil de conversar. Os primeiros moradores, aquela senhora, que me falha o nome agora, é bem complicada, ela é bem agressiva, outra vez a gente foi com a Guarda Municipal para poder efetuar, para eu poder tirar tudo que eu tinha com a máquina. Na primeira limpeza que a gente foi praticamente obrigado a fazer, nós retiramos 98 cargas

de material de lá, e eu tive um pequeno problema, porque quando a máquina começou a tirar o lixo, acabou derrubando umas duas árvores e depois a gente teve que se explicar, só que o lixo estava no meio das árvores e eu não tinha... Ou eu tirava, ou não tirava, como era a determinação limpar, a gente fez. Isso, inclusive, está tudo dentro de um processo. Era isso.

**VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL):** Obrigada, Edmilson. Eu acompanhei essa limpeza, foi logo depois que a gente foi presencialmente dentro do terreno. A moradora, a Lisiane, que tem uma filha chamada Scarlett e um filho que é usuário de drogas. Não é fácil comprometer o debate, a conversa ali com a comunidade, porque é uma comunidade, como o Ver. Freitas colocou, que tem pontos de tráfico de drogas, então nem o condomínio, no qual eu moro, quis se comprometer em virar um pouco a câmera para a gente tentar registrar as placas dos veículos que fazem o depósito de lixo ali, principalmente na madrugada. Então, é um caso bem complexo e é para além da limpeza da área. Isso daí eu sei que o DMLU está fazendo. A gente precisa, e eu achei interessante a proposta da cedência daquela área, para, ou DMLU, mas eu acredito que praça e parque, porque aquela é uma área que boa parte dela é de proteção ambiental. Eu quero ter acesso ao projeto do DEMHAB, para a gente conseguir ver a viabilidade de instalação de Minha Casa, Minha Vida ali, porque eu acredito que destoa... Tem bastante espaço ali, dentro da comunidade, para fazer unidade habitacional, que é Tamandaré I e Tamandaré II, e talvez a gente tenha que entrar aí numa discussão, a partir do que se desdobrar das mudanças do governo da cidade, da possibilidade... Está há mais de 10 anos aquela área destinada para habitação; *a priori* não tem projeto nenhum; então, por que não fazer daquele espaço um espaço de lazer, de praça, assim como a gente tem um campo de várzea ali atrás da Resbalo, sabe; e aí colocar a unidade de destino certo, como mais um equipamento na área. Eu acredito que é mais viável, é mais concreto, é mais real do que a gente seguir só demandando a limpeza da área; então, para colocar, Patrícia, que é um problema muito grande e vai ser muito importante a gente contar com a FASC nesse sentido para construir ali, via Casa

de Nazaré, a mediação com esses moradores. Eu conheço as famílias ali; a gente tem uma relação boa, mas ao mesmo tempo a gente sabe que são pessoas que têm necessidades bem básicas e que não deveriam estar morando dentro daquelas condições. Então, são pessoas que já foram inscritas no projeto Minha Casa, Minha Vida, foram beneficiadas, perderam o benefício, foram corridas pelo tráfico da Cohab Cavahada; então, é uma história muito muito longa, e a gente vai precisar ter ajuda da assistência social. Acredito que vão ser esses os encaminhamentos: um ofício, solicitando a fiscalização à Diretoria-Geral de Fiscalização, o mapeamento, por parte da FASC, junto à Casa de Nazaré, dos benefícios às famílias da área que são atendidas, um pedido de informações do projeto arquitetônico da instalação do projeto Minha Casa, Minha Vida, por parte do DEMHAB. A partir disso, eu acredito, Ver. Culau, que a gente possa construir uma indicação ao Executivo de cedência daquela área, mas vamos ver o que o DEMHAB vai nos trazer em relação à construção das casas ali. Aí a gente vai ter conversar com o Orçamento Participativo da região, porque foi uma área que foi gravada lá em 2014, enquanto uma Área Especial de Interesse Social, uma área de destinação para moradia; então, a gente vai ter que conversar ali com as lideranças da região da Resbalo, mas tudo isso é um processo bom, assim, para quem gosta de se envolver com luta comunitária, Culau, assim como o Ver. Freitas também; então, acredito que vai ser um trabalho bacana para gente se comprometer e buscar alguma mediação. Então, acredito que sejam esses os encaminhamentos. Agradeço a presença de todos que vieram a essa reunião, agradecer também ao presidente Culau e ao Ver. Freitas por estarem conosco até agora. Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 10h46min.)